

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA À CONTEMPORANEIDADE: A UNIPOLARIDADE AMERICANA COMO FORÇA DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA E A SISTEMÁTICA GLOBALIZAÇÃO.¹

Marcia Angela Dahmer Quinzani²

Hugo Sakamoto Pessoa³

Resumo: Após a segunda Guerra Mundial as Relações Internacionais iriam trilhar seu espaço dentro de um cenário extraterritorial, onde o poder mantém-se assimétrico dentro da inserção e posicionamento dos atores. As grandes potências industrializadas estavam devastadas pelas guerras, outrora, os Estados Unidos mantinham-se fortes em sua economia, por terem ficado longe dos combates e acumulado riquezas com os seus meios de produção avançados. Assim, lançaram-se a práticas com as quais poderiam abranger o mundo inteiro, através de empréstimos e investimentos em economias necessitadas. Com o fim da Guerra Fria, essa nova regra começou a se estabelecer, os EUA tinham em suas mãos o controle de uma nova ordem mundial, a qual seriam os principais condutores de uma governança legítima, que difundiria seus ideais democráticos. Nesse cenário estaríamos enfrentando os desafios da globalização com seu Neoliberalismo, com os quais estariam a mostra nossas capacidades políticas de se adaptar ao novo ciclo.

Introdução

No decorrer após à Segunda Guerra Mundial, o mundo veria um novo conceito de comunidade mundial nascer. As grandes potências industrializadas estavam devastadas pelas guerras e os imigrantes e seus descendentes iriam enfrentar um processo de descolonização com uma nova redefinição de identidades. No entanto, os Estados Unidos estavam fortalecidos em sua economia, por terem ficado longe dos combates e acumulado riquezas com os seus meios de produção avançados desde 1865. Assim, lançaram-se a práticas com as quais poderiam abranger o mundo inteiro, através de empréstimos e investimentos em economias necessitadas.

Quando essa nova regra começou a se estabelecer, os EUA tinham em suas mãos o controle de uma nova ordem mundial, a qual seriam os principais condutores de uma governança livre e representativa, que difundiria seus ideais de liberdade e democracia.

O esforço para uma construção de uma nova ordem mundial, fora passado por gerações, produzindo muitos frutos concretos. Logo, esse entendimento estaria acoplado a grande quantidade de Estados de soberania independentes que comandam quase todas as nações. Essa disseminação da

¹ Texto apresentado na I Semana Acadêmica de Relações Internacionais da UNILA, realizada entre os dias 03 e 05 de outubro de 2016, pelos cursos de Graduação em Relações Internacionais e Integração e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Relações Internacionais Contemporâneas.

² Pós-Graduação em Relações Internacionais Contemporâneas, Projeto Incubadora Santos Dumont/Parque Tecnológico de Itaipu - PTI, marciaquinzani@hotmail.com.

³ Projeto Incubadora Santos Dumont/ Parque Tecnológico de Itaipu - PTI. hugo.mt.adv@gmail.com.

democracia e das governanças trariam possíveis interações humanas pelas quais estariam ligadas a mudar tudo aquilo que já tinha sido visto.

Nesse trabalho iniciaremos com uma fase histórica que se inicia no século XIX e século XX dando uma abertura para o entendimento de seu fator estrutural dentro de uma abordagem complexa de uma economia capitalista, com uma classe predominantemente burguesa, e seus importantíssimos avanços na educação, no conhecimento e na ciência.

Depois será descrita a Guerra Fria com o implemento da segurança coletiva, dentro do Conselho de Segurança. A criação das Nações Unidas com o propósito da segurança e o nascimento da OTAN como solução para a dissuasão nuclear.

Posteriormente, serão retratados a nova ordem mundial que se inicia no período da Guerra Fria com o seu embate bipolar, deixando lugar para a unipolaridade americana no campo político e pelo grupo G7 que compõe economias de peso mundiais.

Logo, seriam enfrentados os desafios da globalização ficando em evidência a força estatal perante o sistema internacional. Com isso são criados grupos econômicos que possam favorecer as economias desenvolvidas.

Em seguida são relatados a Balança de Poder, onde os EUA possui uma grande força estatal, e são colocados a prova pelo balanceamento de outras potências.

Depois são analisados a partir do período de 1950 o surgimento dos movimentos terceiro-mundistas, que trazem uma abordagem estrutural dentro das teorias marxistas e cepalinas, que se baseiam na divisão do trabalho e a relação Centro-periferia.

Por fim, são observados um novo desafio da paz desde o período da Guerra Fria e Pós-Guerra Fria, nesse contexto o mundo faz parte de uma roleta global estimulada pela globalização numa abordagem Neoliberal, e suas margens de desequilíbrios podem ser conflitantes para a ordem internacional.

O século XX e as Relações Internacionais

A compreensão do mundo no advento do século XX, desde a eclosão da Primeira Guerra mundial ao então desastre da União soviética formam um período histórico coerente, mas que não deixarão evidências concretas de como será o novo milênio, mesmo que a moldura esteja desenhada em toda a estrutura do século XX.

A primeira guerra mundial demarcou um grande colapso da civilização ocidental do século XIX, onde estava inserida em sua complexa economia capitalista com sua classe hegemônica burguesa e seus avanços na ciência, no conhecimento, educação e completamente ciente do seu centrismo europeu. Mas

essa estrutura fora diferente para classes de imigrantes europeus e seus descendentes, da primeira grande guerra a segunda guerra mundial estiveram presentes grandes catástrofes. Durante 40 anos a europa havia passado por duas grandes guerras mundiais, seguidas por duas rebeliões e revoluções globais deixando trilhado o caminho de um sistema que caberia para a sociedade privilegiada que com o fim da segunda grande guerra seria adotado por um terço da população mundial.

Desde o fim da segunda guerra mundial, as Relações Internacionais se desenvolveram como uma totalidade de complexidades que se mostram num cenário extraterritorial, o sistema internacional, estas relações são assimétricas de poder que se revelam no plano da inserção e posicionamento estratégico dos atores (Pedrão, 2012).

Essa condição histórica é acentuada no final da segunda guerra mundial com a queda da ordem da Westfália (Paz de Westfália, 1648) que havia encerrado o sonho napoleônico de um grande império universal.

Nesse momento Truman viria a presidir a criação de uma estrutura de ordem internacional que duraria em todo o período da Guerra Fria, tendo o mesmo aparato visionário de Roosevelt de uma organização internacional, que logo seria chamada de Nações Unidas. Estas implementariam a segurança coletiva por meio de um concerto global, o Conselho de segurança, designado as cinco maiores potências (os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França, a União Soviética e a China) como “membros permanentes” detendo poder de veto (Kissinger, 2015, p. 192). Posteriormente a Grã Bretanha, França e a China foram incluídos devido suas grandes obras que emergiam de suas capacidades. Somando com mais nove países, o Conselho de Segurança tinha a responsabilidade de manter a paz e a segurança internacionais.

A Organização das Nações Unidas poderia cumprir sua agenda se todos os países membros permanentes aceitassem a mesma ordem mundial, e mesmo que ocupassem visões diferentes, esta poderia apenas consagrá-los, e não diminuir suas diferenças.

Neste momento, os EUA ganham segurança em relação as armas nucleares estimulando com a guerra, a teorização. A guerra fria tornava-se então, uma luta integrada, onde todos os tipos de conhecimentos seriam aceitos.

“A Otan nasceu como resposta americana para as dificuldades postas pelo cenário estratégico europeu. Essencialmente, a aliança militar ocidental representou a solução para o dilema da dissuasão nuclear” (Magnóli, 2004, p. 102).

A partir de 1955 e 1965 com o avanço dos estudos de segurança, a Guerra fria passa pela era dourada, a qual é dedicada a pesquisa de armamentos nucleares e da disputa bipolar. Isso desencadeou um novo debate do século XX, o sistema multipolar agora seria apresentado por uma hegemonia e reconhecimentos bipolar de novas potências.

“Nas negociações para implementar os acordos, os aliados ocidentais e a União Soviética se viram diante de um impasse crescente. A União Soviética insistia em dar forma a uma nova estrutura internacional, social e política na Europa oriental, (...)” (Kissinger, 2015, p. 193).

Por sua vez, os Estados Unidos mantinham grande vantagem econômica em 1945, sua elevada produtividade estavam ligadas ao esforço concentrado do povo americano desde 1865, nas inovações nas áreas produtivas e de tecnologia, e estavam desligados de guerras, ao menos até 1941. Nesse período pode mobilizar o seu arsenal bélico, manter sua infra-estrutura durante a guerra, preservar a matéria humana, logo, isso seria institucionalizado, onde manteriam uma hegemonia política e econômica por quase 25 anos.

No período de 1970 os Estudos Estratégicos tornaram-se mais rotineiros e institucionalizados, onde o equilíbrio nuclear havia alcançado o fim, e seriam respondidos através de desenvolvimentos tecnológicos, em especial em defesas contra mísseis balísticos. A partir deste ponto os Estudos Estratégicos estariam a disposição a solucionar problemas das ciências sociais norte-americanas, aplicação do Neorealismo estrutural Waltziano tomados ao nível do ser humano ou da firma individual nos Estados.

A reconstrução da Europa Ocidental e o Japão estavam acompanhadas ao avanço da classe média e dos trabalhadores que fossem qualificados nos Estados Unidos. Consideravelmente houve satisfação política, quanto uma abertura de espaço para as empresas norte-americanas. Essa ideologia do liberalismo político manteriam o compromisso feitos a dois séculos atrás, onde implementariam o sufrágio universal e a abertura de um sistema parlamentar. Nessa perspectiva, estavam travadas a luta contra o “totalitarismo” comunista, “e implicou, portanto, que os comunistas fossem privados do gozo de direitos políticos” conforme relatado por Wallerstein (2002, p. 21).

Na visão das Relações Internacionais o liberalismo produz conceitos de interdependência complexa, assim relatado por (Keohane e Nye) e ainda do sistema-mundo conforme a teoria de (Wallerstein), o mundo abriu as portas para o capitalismo, pois os homens se encontravam fadados das tragédias das guerras. Logo, nessa percepção, as teorias da globalização juntamente com o avanço industrial, travam uma engajada mudança no cenário internacional no qual a bipolaridade termina. “Uma das superpotências, a ex URSS, se desintegra de forma pacífica, seus satélites do Leste Europeu abandonam o socialismo e a Alemanha se reunifica” de acordo com Sarfati (2005, p. 211).

A nova Ordem Mundial

Com o fim da guerra fria, o mundo verá uma nova perspectiva da polaridade, o sistema bipolar será substituído para a unipolaridade que estará comandado pela hegemonia dos EUA no campo das

políticas internacionais. E pela multipolaridade com a inserção de economias fortes como o grupo denominado G7 compostos pelos Estados Unidos, Reino Unido, Japão, Alemanha, França, Canadá e Itália.

A nova ordem mundial estará direcionada por outros caminhos, o poder das armas já não são mais os seus princípios, que conforme Kissinger (2015, p. 216) “a derradeira visão wilsoniana iria ser concretizada. Instituições livres, políticas e econômicas, se espalhariam terminando por fazer submergir antagonismos superados em meio uma harmonia mais ampla”.

A guerra fria mostrou uma nova forma de ver a soberania. “A emergência das superpotências globais e a configuração de esferas de influência evidenciaram os limites do poder dos Estados”. A disposição das armas nucleares e os mísseis continentais, que poderiam destruir uma nação inteira, mostraram o quão os territórios eram frágeis dentro de suas fronteiras.

A construção de uma nova ordem mundial estava descrita nos inúmeros estados soberanos independentes que mantêm a maior parte do poder universal. Dessa forma, expandiam a democracia e das formas participativas do governo que submergiam com as comunicações globais, que através das interações humanas facilitariam o entendimento de problemáticas como o meio ambiente, a divulgação de uma comunidade científica, médica e filantrópica que focalizam os seus estudos em doenças e riscos a saúde antes mesmo que esses possam ser assombrosos.

Os Estados Unidos foram primordiais para essa grande evolução. “O poderio militar americano proporcionou um escudo de segurança para o resto do mundo, tenham seus beneficiários pedido por isso ou não”(Kissinger, 2015, p. 248). Sob essa garantia militar a maior parte das potências mundiais entravam nesse sistema de alianças, posteriormente, os países subdesenvolvidos tinham a proteção de uma ameaça muitas vezes desconhecidas. Nesse argumento uma economia global fora estabelecida, onde os Estados Unidos amparou com financiamentos, estrutura mercadológica, e vários tipos de inovações. Isso dado ao período que se inicia em 1948 até a virada do século, e que teve uma forte marca histórica ligada ao idealismo americano que compunham as abordagens de balança de poder.

Nesse cenário estaríamos enfrentando os desafios da globalização, com os quais estariam a mostra nossas capacidades políticas de se adaptar ao novo ciclo. Dessa forma, “o Estado-nação posiciona-se no interior da economia mundial e escolhe políticas capazes de moldar o próprio processo de globalização” (Magnoli, 2004, p. 188).

A constituição do Nafta foi abertamente uma estratégia de Washington, para a Rodada Uruguai do Gatt, caso este fracassasse. O federalismo europeu da Alemanha reunificada, procurou instaurar a unificação continental pela qual fosse mais favorável sobre a Europa central. E também, a criação do Mercosul que respondeu às rivalidades históricas entre o Brasil e a Argentina com a estratégia de inserção ao novo advento econômico nas esferas do mercado mundial (Magnóli, 2004).

“A abertura econômica, as privatizações, as terceirizações, a consolidação dos blocos de livre comércio, são o resultado do que fora anunciado pelos EUA, dado seu aparato formal de financiador majoritário do desenvolvimento das nações periféricas, via recursos do FMI e do BIRD” (Marini, 2012, p. 23).

A globalização modifica as relações entre os Estados, contribui para o desfalecimento do Estado-nação, onde são detectadas uma soberania frágil na integração de blocos econômicos, na aplicação de taxas alfandegárias, no livre comércio internacional e ainda na privatização de empresas públicas, deixando aberto a exploração estrangeira.

Esses efeitos se estendem diretamente a agenda política internacional, havendo que se considerar novos temas conflituosos que talvez não existissem há algumas décadas. Nessa perspectiva alguns atores não-governamentais acabam sendo incorporados nas relações Internacionais, ocasionando o Estado propício a sofrer pressões externas e internas. Porém, essas premissas não podem ser confundidas com o flagelamento do Estado-Nação que seria a única condicionante com capacidade de deixar funcionar o processo de globalização.

Balança de poder

Nos últimos anos tem se falado muito sobre o poder americano sobre as nações que na visão de Nye (2002, p. 30) “é a capacidade de obter resultados desejados e, se necessário, mudar o comportamento dos outros para obtê-lo”. Isso estão ligados diretamente com a posse da população, recursos de capital, o território, e ainda com a força militar.

Pelo próprio entendimento de Nye na visão de polaridade, o sistema internacional rege a unipolaridade americana, mas até que ponto esta pode ser uma regra desafiante hegemônica, onde todos os atores obedecem suas ordens? Os Estados Unidos possui uma grande força estatal, mas apesar de seu intuito controlador, o seu equilíbrio de poder “são seguidos de tentativas de balanceamento por outros países, que buscam impedir que o unipolarismo transforme a estrutura do sistema em hierárquica” (Sarfati, 2005, p. 218).

Foi no período de 1950 que começaram a surgir os movimentos terceiro-mundistas e a uma visão do sul, desencadeado de vários processos políticos e econômicos que foram vivenciados durante a Guerra Fria. Essa abordagem se baseia no estruturalismo descendente das teorias marxistas que estão ligadas diretamente as Teorias da Dependência. Primeiramente foram originadas do pensamento cepalino,

⁴ Marini, Ruy Mauro. 1º. Processo: o indivíduo, textos e contextos. In: Neves, Lafaiete Santos (Org.) *Desenvolvimento e dependência: Atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini*. – Curitiba, PR: CRV, 2012.

fundada por Prebisch, onde destacou “as relações assimétricas entre a periferia exportadora de produtos primários, cujos preços dependem das condições do mercado internacional, e o centro industrializado, fixador de preços” (Souza, 2007, p. 164).

Na tese do Sistema Mundial Moderno (SMM) essa estrutura está baseada em três divisões hierárquicas como o centro, a semi-periferia e a periferia. O Centro produz bens com alto valor agregado, a semi-periferia são designadas pelos países periféricos como centro, e para os EUA são visto como periferia, portanto, a periferia são os produtores de commodities agrícolas e minerais.

Antes da criação dos Estados nacionais o mundo estava sob o domínio dos impérios, que tinham o poder centralizado e acumulavam capitais para manter o sistema de governo, para isso, buscavam recursos em outros lugares do mundo através de exploração. Assim, que os Estados tiveram o seu poder instituído, foi se desenvolvendo o capitalismo juntamente com a divisão do trabalho. Que logo após Segunda Guerra Mundial o balanço de poder na Europa abriu espaço para a criação do SMM atual.

Portanto, “[...] os países periféricos ligados aos países centrais resultaria no desenvolvimento do capitalismo e das necessidades das economias dominantes”(Souza, 2007, p. 164). Desse modo os países em desenvolvimento estariam propícios a exploração dos países desenvolvidos.

Nessas condições não há mobilidade entre os países centrais e periféricos, pois esta estrutura capitalista que efetivamente gera a divisão do trabalho não deixa que um determinado país modifique a sua posição no sistema internacional.

Durante a década de 1980, o dependentismo fora deixado de lado pelo neoliberalismo econômico como uma única alternativa dos países subdesenvolvidos dentro da base rigorosa fiscal e monetária. No início dos anos 1990, a globalização passa por uma intensificação de seus processos de inovação tecnológica, pela disparada produtiva das multinacionais para atingir o mercado global e pelo enorme fluxo de capital financeiro internacional, provocando impactos nas economias emergentes e contestando a capacidade de resposta dos Estados nacionais.

Nessa perspectiva da Teoria da Dependência podemos observar que “a globalização, vista como aprofundamento das redes mundiais e interdependência, não significa a universalização”, mas apesar do avanço tecnológico, ainda há uma grande maioria da população mundial que não tem acesso a telefone, ampliando ainda mais a distancia entre ricos e pobres (Sarfati, 2005, p. 319).

Mas ainda, nos conceitos de Nye, a globalização é expressa como o aumento da interdependência, está escrita desde tempos tão antigos quanto a humanidade. Mas a diferença contemporânea é que agora as redes são mais “densas e mais complexas incluindo mais regiões e classes econômicas”.

Para os otimistas a globalização trouxe prosperidade a todos os países do mundo, e que para agarrar as oportunidades internacionais é necessário de capacidade estatal. “Essa corrente privilegia a

visão econômica e, proeminentemente dentro desta, o Neoliberalismo.” Nessa análise está amplamente valorizada a economia de competição dos mercados internacionais. (Sarfati, 2005, p. 321)

Num contexto político e econômico, os Estados nacionais teriam perdido sua importância devido a globalização, pois surgiriam outros tipos de governança e interação que ocupassem esses espaços. Os Estados continuam tendo importância política e militar, mas, os governos sofreriam as ameaças “de atores transnacionais e intergovernamentais que escapam de suas jurisdições” Sarfati (2005, p. 321).

Para os pessimistas assim, como Strange e Cox, a globalização está caracterizada pela divisão entre ganhadores e perdedores, onde, o grupo de quem perde está aumentando cada dia mais induzindo à fragmentação dos Estados e a miséria total. As rendas estão tendo um desnivelamento maior, pois da mesma forma que a pobreza do mundo aumenta, ao mesmo tempo se cria uma pequena parcela de privilegiados nos países desenvolvidos, que se aproveitam das quedas das barreiras econômicas.

Portanto, a globalização mantém seu braço desafiante a governança tradicional dos Estados, seja através da integração, na formação dos blocos, ou na fragmentação, como incentivador de movimentos nacionalistas. Além de ser necessário aprender a conviver com o seu centrismo abertamente com o multacentrismo, ou seja, os Estados são frágeis para exercer a soberania e muitas vezes são necessários outros entes estatais capazes de se estabelecerem no sistema internacional.

O desafio da paz

Com o fim da Guerra Fria, a ameaça de uma guerra nuclear entre as superpotências nucleares existentes basicamente desapareceu. Mas a difusão da tecnologia – em especial a tecnologia para produzir energia nuclear pacífica – aumentou enormemente o acesso a capacidade para produzir armas nucleares.

Isso está fortemente estabelecido pela crise do sistema internacional que se encontra desfavorável com as divisões ideológicas e com inúmeros contrastes de conflitos regionais, que acabam por aumentar a busca de armas nucleares por Estados infratores e por atores desvinculados do Estado.

“Em resposta a esses perigos, os Estados Unidos, a União Soviética e o Reino Unido negociaram um Tratado de Não proliferação de Armas Nucleares e o abriram a adesões em 1968” (Kissinger, 2015, p. 230). Essa proposta seria para coibir qualquer expansão de armas nucleares para outros países que não possuíam, destacando-se disso os Estados Unidos, a União Soviética, e o Reino Unido em 1968, e mais tarde a França e a China em 1992.

Mas durante a década de 1990, o governo americano e as elites empresariais tentaram instaurar os Estados Unidos como o poder unipolar para o controle de diversos Estados que tivessem resultados significativos em suas economias e políticas em todo o planeta no século XXI.

No pós-Guerra Fria, o projeto americano, coordenado pelo então presidente Clinton, tinha como objetivo estruturar o ambiente interno e externo dos países de modo que todos pudessem aceitar o domínio político americano. Esse neoliberalismo envolve uma renovação nas relações sociais internas em favor dos EUA, com a disposição de créditos e investimentos para o setor produtivo, deixando-os subordinados aos setores financeiros que manteriam a tendência de afastar a riqueza, a segurança, o poder da classe trabalhadora.

A transformação externa seria a globalização que impulsionariam a abertura da economia política de um país, abrindo as fronteiras para a entrada de produtos, fluxos de capitais e empresas, deixando o mundo dependentes dos acontecimentos dos principais centros capitalistas como Washington e Nova York.

As forças que ampliam a globalização facilitarão as mesmas transformações internas. Países que tentam resistir essas mudanças serão excluídos do mercado americano e de seu bloco aliado a UE.

Antes do colapso da União Soviética, a globalização e o neoliberalismo estavam ultrapassando barreiras no ocidente, mas na década de 1990 os EUA articulou através de suas administrações a radicalização e generalização dessas tendências, de modo que estivessem de acordo com os interesses americanos. Nessa abordagem, quem fica com os benefícios de ordem global internacional são os Estados Unidos, e os riscos e os custos são distribuídos para outros países.

Nesse contexto, podemos demonstrar as pressões americanas em diversos lugares do mundo muitas vezes conflitantes, assim, como a relação EUA com o Japão pois, o mesmo mantém dinâmicas do capitalismo distantes do projeto global de Washington e do grupo europeu. E também o Iraque com seus dois paradigmas sociopolíticos: de um lado um “regime monarquista dos tempos britânicos” e do outro o totalitarismo do Ba’ath, que resistiu a influência americana.

Não podemos abandonar ainda o fato que os EUA detém em suas mãos o sistema monetário internacional e do regime financeiro internacional derivado de sua construção, dentro do sistema de Bretton Woods. Nessa abordagem podemos compreender como isso pode ser utilizado como um instrumento de política econômica que podem levar a diante processos de globalização dentro das transformações internas neoliberais.

Portanto, a ordem internacional a qualquer momento pode sofrer os impactos de duas tendências que provocam sua coerência: uma nova forma de se entender a legitimidade ou a transformação na balança de poder. Essa primeira ocorre quando as disposições internacionais apoiam seus valores que estão em alteração, perdendo seu apoio daqueles que seriam as forças mantedoras de sua sustentação ou talvez pelo surgimento de um novo conceito de legitimidade. Nesse embate embora sejam sustentadas pela força, sua base impulsiva é de ordem psicológica. Aqueles que são atacados não são somente desafiados a defender apenas o seu território, mais a sua moral, a sua forma de viver. A ordem inicial é

que líderes pluralistas mantêm-se próximos de líderes da revolução, na esperança de poder negociar de uma maneira a ter uma solução que seja interessante para ambas as partes.

Outro motivo conflitante na ordem internacional é quando ocorre a incapacidade de adaptação a uma mudança importante nas relações de poder. Muitas vezes a ordem entra em colapso quando um de seus membros deixa de contribuir conforme suas capacidades dentro do sistema, ou ainda deixa de existir – como aconteceu com a ordem comunista internacional no final do século XX, havendo a desintegração da União Soviética. Ou ainda quando uma potência em ascensão pode não aceitar o papel e o lugar imposto o qual ela não concebeu, e outras potências que já fazem parte desse sistema não conseguirem estabelecer o equilíbrio para incorporar sua ascensão. Neste exemplo podemos retratar a Alemanha no século XX, onde incorporou duas grandes guerras das quais a Europa nunca se recuperou totalmente. Nessa estrutura, a China se apresenta com grandes desafios no século XXI – os Estados Unidos e a China – se comprometeram não cometer o mesmo erro europeu, mantendo uma relação mais sensata possível. É claro, que isso pode ser uma manobra tática, mas até o momento isso parece ser o melhor caminho a se percorrer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XX formou um período histórico com os quais podemos entender seus arcações, mas que não poderão desenhar a nova fase dos séculos vindouros.

Neste período a civilização ocidental se viu inserida num complexo sistema econômico guiado por uma classe burguesa que presenciava diversos avanços como na educação, na ciência e etc., demarcando assim, o centrismo europeu. Mas, durante todo esse período a Europa havia passado por duas grandes guerras juntamente com diversas rebeliões, deixando a mercê principalmente, toda a classe de imigrantes e seus descendentes dentro dessa estrutura turbulenta.

Logo após a segunda Guerra Mundial as Relações Internacionais iriam trilhar seu espaço dentro de um cenário extraterritorial, onde o poder mantém-se assimétrico dentro da inserção e posicionamento dos atores.

Durante o período da Guerra Fria, Truman iria presidir uma nova estrutura de ordem internacional que logo seria chamada de Nações Unidas. Estas implantariam a segurança coletiva, por meio de um concerto global, o Conselho de Segurança, com os quais eram membros os EUA, a Grã-Bretanha, a França, a União Soviética e a China, o seu objetivo principal era manter a paz e a Segurança Internacionais.

Em 1955 e 1965 os estudos de segurança obtiveram um grande avanço com os quais a Guerra Fria passava pela Era Dourada, sendo dedicada aos armamentos nucleares e da disputa Bipolar. A União Soviética insistia em dar um grande passo para implantar o comunismo em todo o mundo.

Mas os EUA possuíam grande vantagem econômica, bélica, infra-estrutura e matéria humana, que acumulou desde períodos históricos com sua carga produtiva em expansão desde 1865 e ainda, não haviam enfrentado nenhuma guerra até 1941.

Com o fim da Guerra Fria o mundo veria uma nova ordem mundial, o sistema bipolar seria substituído pelo unipolarismo americano no campo das políticas internacionais e pelo multipolarismo regido por outras grandes potências como o grupo G7 (EUA, Reino Unido, Japão, Alemanha, França, Canadá e Itália).

Agora, as superpotências globais mostrariam os limites do poder dos Estados. Com a construção de uma soberania independente que resguarda a maior parte do poder universal. Nesse contexto os EUA tiveram um papel importante, proporcionavam um escudo de segurança para o resto do mundo, mesmo que ninguém tivesse pedido por isso. Em troca as grandes potências firmavam alianças, estabelecendo assim, uma economia global, onde os EUA amparava com financiamentos e outras estruturas que fossem necessárias.

Neste cenário estaríamos enfrentando o fenômeno da globalização com sua correntes Neoliberais, e os Estados deixariam amostras de sua soberania frágil na integração de blocos econômicos, na aplicação de taxas alfandegárias, privatizações e no livre comércio internacional.

Nisso a estrutura centro-periferia poderia estar com suas mobilidades afetadas, pois a divisão do trabalho não deixa que um determinado país, neste caso, o periférico, modificar sua posição no sistema internacional.

Mesmo, ao fim da Guerra Fria, a ameaça de uma guerra nuclear fora estagnada, mas o avanço tecnológico aumentou disparadamente sua capacidade de produção. Com os efeitos da globalização a balança de poder muitas vezes se desequilibra, dando força a uma roleta global que pode pender para diversos lados. Nesse contexto, países que possam sentir-se afetados podem estabelecer meios de defesas que oprimam outros Estados de maneira que estes possam sentir-se cada vez mais flagelados.

A busca contemporânea pela busca de uma ordem mundial que estabeleça uma concordância entre todas as regiões ocupam um objetivo necessariamente idênticos ou passíveis de serem conciliados um com o outro: “o triunfo de um movimento radical poder vir a trazer ordem para uma região enquanto prepara o cenário para uma convulsão no interior e entre todas as outras” Kissinger (2015, p. 254). Domínios militares podem proporcionar uma aparência de ordem, mas para o mundo sua imagem se desvencilha em caos.

Nesse quesito, “uma ordem mundial de Estados que afirmem a dignidade individual e uma forma de governo participativa, e que cooperem em âmbito internacional segundo regras previamente acordadas, pode ser o objetivo de nossas esperanças e deveria ser o motivo de nossa inspiração”(Kissinger, 2015, p. 254).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PEDRÃO, Fernando Cardoso. *A Política das Relações Internacionais*. Curitiba: Appris, 2012.

BUZAN, Barry. Lene Hansen A evolução dos estudos de segurança internacional, tradução: Flávio Lira. – São Paulo: Ed. Unesp, 2012. 576 p.

KISSINGER, Henry A. *Ordem Mundial*. Tradução: Cláudio Figueiredo. – 1. Ed. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

MAGNOLI, Demétrio. *Relações Internacionais: teoria e história*. – São Paulo: Saraiva, 2004.

MARINI, Ruy Mauro. 1º. *Processo: o indivíduo, textos e contextos*. In: Neves, Lafaiete Santos (Org.) *Desenvolvimento e dependência: Atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini*. – Curitiba, PR: CRV, 2012.

NYE, J. *O paradoxo do poder americano*. São Paulo: Unesp, 2002.

SARFATI, Gilberto. *Teoria das Relações internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Tradução: Ricardo Anibal Rosenbusch. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento Econômico*.- 5ª ed.- São Paulo: Atlas, 2007.

GOWAN, Peter. *A Roleta Global: Uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo*. Tradução: Regina Bhering.- Rio de Janeiro: Record, 2003.